



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

Aplicação: 29/07/2012

Duração da prova: 04 (quatro) horas

ASSISTENTE SOCIAL

INSTRUÇÕES

- O candidato receberá do fiscal:
 - o Um caderno de questões contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha com cinco (05) alternativas e uma única correta.
 - o Após 1 (uma) hora, um cartão de respostas personalizado.
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no ato da inscrição.
- Ao início da prova, verifique, no caderno de questões, se a quantidade e a numeração das questões estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer essa prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Esse tempo inclui a marcação do cartão de respostas.
- Não será permitido ao candidato retirar-se da sala de prova antes de decorrida 1 (uma) hora do início dessa.
- O caderno de questões só poderá ser levado pelo candidato após decorridos 3 (três) horas do início da prova.
- O cartão de respostas NÃO poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul (preferencialmente) ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme exemplo a seguir:



- Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se do local simultaneamente.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do fiscal de sala.

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 10.

Governo quer proibir venda de horário na TV

O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de rádio e TV. Batizado de novo marco regulatório da radiodifusão, o projeto prevê o fim de um "mercado paralelo" no setor, informa Julio Wiziack. Uma das mudanças de maior impacto é a proibição do aluguel de canais e de horários da programação. A lei atual não coíbe a prática de forma explícita, o que gerou a proliferação de programas religiosos e comerciais. (Folha de São Paulo, ANO 92, Nº 30.377, 03 de junho de 2012)

01 A partir da leitura do texto acima, pode-se inferir que:

I A proliferação de programas religiosos e comerciais é consequência das brechas da legislação de rádio e TV.

II O mercado paralelo de que trata o texto é legalizado pela lei atual, mas pratica atos considerados ilegais.

III O governo prepara medidas a fim de fechar brechas da lei atual de rádio e TV.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Apenas em III.

02 Em “A lei atual não **coíbe** a prática de forma explícita”, o verbo coibir nessa frase pode ser substituído adequadamente pelos sinônimos abaixo, **EXCETO**:

- A) Obstar.
- B) Reprimir.
- C) Punir.
- D) Pungir.
- E) Empecer.

03 O vocábulo **QUE** é um importante mecanismo de coesão referencial. Na organização e construção de um texto uma de suas funções é dar continuidade às ideias, evitando a repetição de referentes. No texto acima, esse elemento é um pronome relativo nas duas ocorrências, substituindo, respectivamente:

- A) O governo prepara decreto – forma explícita.
- B) Governo – prática.
- C) Decreto – prática.
- D) Decreto - forma explícita.
- E) Decreto – o.

04 Das assertivas abaixo, assinale a **INCORRETA**.

A) Em “...o **que** gerou a proliferação...”, vocábulo **o** é, morfologicamente, um pronome demonstrativo.

B) Em “**o que** gerou a proliferação...”, o verbo está flexionado na 3ª pessoa do singular para concordar com o sujeito **que**.

C) Os adjetivos **religiosos** e **comerciais**, sintaticamente, são adjuntos adnominais especificadores do substantivo **programas**.

D) O vocábulo **e** é conjunção coordenativa aditiva na duas primeiras ocorrências e conclusivo na terceira.

E) Flexionando no plural a sequência em destaque “...o **projeto prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’”, obtém-se **os projetos preveem ...**

05 Uma das formas de realçar, destacar um termo que, na frase, desempenha a função de objeto direto é flexionar o verbo na voz passiva. Esse efeito pode ser conferido ao objeto destacado na frase “O governo prepara **decreto...**” através da seguinte estrutura sintática:

- A) Decreto é preparado...
- B) Decreto foi preparado...
- C) Decreto será preparado...
- D) Decreto tem sido preparado...
- E) Decreto está sendo preparado...

06 Percebe-se no texto a predominância da função da linguagem:

- A) Referencial.
- B) Metalinguística.
- C) Fática.
- D) Conativa.
- E) Emotiva.

07 Observe as orações:

I “O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de **rádio** e TV” (início do texto).

II Comprei um **rádio** novo para ouvir os jogos da copa.

Analisando as palavras destacadas, percebe-se, especificamente, um caso de:

- A) Homônimos homófonos.
- B) Homônimos perfeitos.
- C) Homônimos homógrafos.
- D) Parônimos.
- E) Antônimos.

08 Com relação à linguagem empregada no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Há predomínio da denotação.
- B) Não se percebe lirismo exacerbado.
- C) Está escrito em prosa.
- D) Se apresenta de forma objetiva.

E) Predomina o discurso direto.

09 Analise a predicação do verbo destacado na oração “...o projeto **prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’ no setor...” e assinale a oração que apresenta um verbo de mesma transitividade:

- A) O homem que trabalha vence na vida.
- B) Todo mundo necessita de trabalho.
- C) O candidato dormiu muito e se atrasou para a prova.
- D) O candidato comprou um gabarito falso.
- E) O candidato permanecia perplexo com aquela questão de verbo.

10 No texto, aparece a expressão “mercado paralelo”. Se tivéssemos os substantivos “**mercado**” e “**feira**”, estaria **ERRADA** a opção:

- A) Mercado e feira paralela.
- B) Mercado e feira paralelos.
- C) Mercado e feira paralelas.
- D) Feira e mercado paralelo.
- E) Feira e mercado paralelos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 Atualmente as instituições educacionais convivem com o fenômeno da explosão da violência em seu interior. A atuação do Assistente Social no enfrentamento à violência no espaço educacional deve orientar-se pela compreensão de que esse fenômeno:

A) Resulta de múltiplas causas, sendo que a intervenção profissional sobre ele prescinde da realização de diagnóstico que subsidie a construção de propostas qualificadas.

B) Tem na família o responsável, pois esta não tem desempenhado corretamente suas funções protetivas e de disciplinamento dos filhos.

C) É resultado de uma série de vulnerabilidades a que estão expostos crianças, jovens e adolescentes, em especial aqueles oriundos dos segmentos mais favorecidos.

D) Constitui reflexo de uma sociedade cuja sociabilidade é orientada pela cultura do espetáculo e do individualismo, elementos fragilizadores das relações entre as pessoas.

E) É reflexo da violência institucional que resulta dos altos níveis de qualidade da educação pública no Brasil.

12 Consoante o prescrito na LDB em vigor, constitui dever do Estado para com a educação escolar pública, **EXCETO**:

A) Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

B) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

C) Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e

disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

D) Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

E) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

13 Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, analise as afirmativas abaixo:

I A atuação do Assistente Social deve estar embasada na análise fragmentada da realidade social do indivíduo, considerando as implicações vivenciadas pelo sistema capitalista do Brasil.

II O conjunto da categoria profissional representa uma unidade diversificada que se configura no pluralismo.

III Os princípios éticos que norteiam o projeto profissional do Serviço Social são firmados nos pilares do construtivismo e na leitura dos fenômenos sociais

Assinale a alternativa que está correta:

A) As afirmativas I, II e III estão corretas

B) As afirmativas I e II estão erradas

C) Apenas a afirmativa II está correta

D) As afirmativas II e III estão corretas

E) Apenas a afirmativa III está errada

14 São asseguradas às mulheres, através da Lei Nº 11.340/06- Lei Maria da Penha, as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Com base na Lei supracitada, analise as afirmativas abaixo como **Verdadeiras(V)** ou **Falsas(F)**

() Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

() Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

() São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a violência física, psicológica, espiritual e religiosa.

() Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz não poderá de imediato afastar do lar o agressor e sim encaminhar a vítima para um abrigo de proteção.

Assinale a alternativa correta.

- A) V, V, F, F
- B) V, F, V, F
- C) F, V, F, F
- D) F, V, V, V
- E) V, V, V, V

15 Sobre a *Instrumentalidade* presente no processo de trabalho do Assistente Social, analise as afirmativas:

I É o conjunto de instrumentos e técnicas que reveste a profissão de uma dimensão operativa, e que a faz reconhecida enquanto tal pelo mercado de trabalho.

II Refere-se a uma capacidade constitutiva da profissão, construída no processo sócio-histórico.

III Possibilita o atendimento das demandas sociais e da profissão através de atuação crítica e comprometida, sendo uma condição de reconhecimento da profissão.

IV Refere-se a um espaço de mediação que permite que as referências teóricas e metodológicas da formação sejam utilizadas no ajustamento do comportamento dos usuários.

Assinale a alternativa que contém apenas itens corretos.

- A) I, II e III
- B) I, II e IV
- C) I e II
- D) II e III
- E) III e IV

16 No espaço educacional, o Assistente Social tem um amplo repertório de atividades específicas do cargo, dentre as quais estão, **EXCETO**:

A) A elaboração de planos, programas e projetos sociais que visem garantir a permanência e o êxito escolar do estudante.

B) A realização de estudos socioeconômicos com fins de concessão de benefícios de assistência estudantil.

C) A notificação junto ao Conselho Tutelar de casos de alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

D) A identificação de demanda para serviços socioassistenciais através do levantamento das vulnerabilidades e riscos sociais presentes entre os membros do espaço escolar.

E) A elaboração de Relatório, Laudo e Parecer Social sobre situações que envolvam alunos e outros membros da comunidade estudantil.

17 Entre os eixos estruturantes do SUAS, encontra-se o princípio de matricialidade sociofamiliar, indicado como um elemento imprescindível à proteção social. Sobre a compreensão de família e sua relação com o Estado e sociedade, de acordo com esse princípio **NÃO** é correto afirmar que:

A) A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.

B) O fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

C) A família compreende um núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações

recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.

D) A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência.

E) A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita.

18 A Resolução CFESS Nº 273/93, de 13 de março de 1993, institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Conforme esse Código, é correto afirmar, **EXCETO**:

A) É direito do Assistente Social, exercer ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções, salvo para atender as necessidades institucionais.

B) É vedado ao Assistente Social intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

C) É dever do Assistente Social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

D) É direito do Assistente Social participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional.

E) É dever do Assistente Social contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.

19 O Neoliberalismo constitui uma forma de organização econômica, política e social fundada nas ideias liberais de liberdade individual e de mercado, que surge no momento de crise do capitalismo e do modelo de Estado de Bem-Estar. Sobre Neoliberalismo, é correto afirmar que:

A) Assim como o keynesianismo, prega o investimento estatal nas políticas sociais para o desenvolvimento econômico e social do país.

B) Defende a revisão do desenho das políticas sociais para melhoria da sua gestão e resultados, através da

adoção de princípios como a descentralização e a universalização.

C) Persegue a ampliação do campo das políticas sociais, em especial os serviços na área da assistência social e educação.

D) Adota medidas restritivas de gastos públicos, que imprime às políticas sociais o caráter seletivo e focalizado.

E) Apresenta uma alternativa avaliada pela categoria de assistentes sociais como adequada ao equacionamento entre recursos públicos e necessidades da população.

20 Com base na literatura difundida sobre os movimentos sociais no campo das ciências sociais, analise os itens a seguir:

I Os movimentos sociais progressivos atuam segundo uma agenda emancipatória e com base na participação cidadã.

II Um dos eixos articuladores dos movimentos sociais é a identidade, através da qual se projeta nos participantes a ideia de pertencimento social.

III Os movimentos sociais conservadores geralmente atuam com base em xenofobias e articulam ações coletivas que atuam como resistência à exclusão social.

IV O associativismo que marca os movimentos sociais nos anos noventa caracteriza-se pela construção de novos conceitos como: cidadania planetária, sustentabilidade democrática e participação cidadã.

São verdadeiros os itens:

A) I e II

B) I, II e III

C) I, II e IV

D) II, III, IV

E) III e IV

21 Sobre o enfoque interdisciplinar adotado na formação e intervenção profissional do Serviço Social, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Constitui princípio organizador do conhecimento que visa a desfazer separações absolutas entre as disciplinas e proporcionar um conhecimento holístico.
- B) Enquanto método de trabalho, requer a existência de uma equipe de trabalho com profissionais de diferentes áreas.
- C) Supõe o mínimo de troca e cooperação entre os profissionais de diferentes áreas, reservando a cada um o poder de decidir isoladamente sobre a problemática abordada.
- D) Requer o compartilhamento de objetivos comuns para a ação, assim como relações profissionais e de poder horizontalizadas.
- E) Na abordagem a um dado objeto ou situação, cada disciplina dá sua contribuição, preservando a integridade de seus métodos e seus conceitos.

22 Considerando o envelhecimento como um processo natural e a sua proteção um direito social, foi instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Nos termos dessa Lei, analise as afirmativas abaixo:

- I É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- II O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.
- III Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é permitida a discriminação e a fixação de limite máximo de idade
- IV Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza

de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- B) As afirmativas I e IV estão erradas.
- C) Apenas as afirmativas I e III estão erradas.
- D) Apenas a afirmativa III está errada.
- E) As afirmativas II, III e IV estão corretas.

23 Dentre as alternativas a seguir, assinale a que **NÃO** deve compor a ação do Serviço Social nas instituições educacionais:

- A) Participação de ações interdisciplinares de orientação e informação junto à estudantes e suas famílias.
- B) Incentivo a gestões participativas e iniciativas democráticas.
- C) Promoção de ações socioeducativas acerca de temas transversais.
- D) Articulação com a rede socioassistencial para atendimento das demandas dos estudantes.
- E) Promoção de ações que visem à adaptação dos comportamentos dos estudantes às normas institucionais, com reforço à ação disciplinadora e de ajustamento.

24 Com base na Lei Orgânica da Assistência Social, analise as afirmativas abaixo como **Verdadeiras(V)** ou **Falsas(F)**

() O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O BPC deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

() A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Um de seus objetivos é estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios.

() A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: proteção social básica e proteção social especial.

() A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Identifique a alternativa correta.

- A) V, V, F, F
- B) V, F, V, F
- C) F, V, F, F
- D) F, V, V, V
- E) V, V, V, V

25 Entre as demandas postas ao Assistente Social está a realização do exame de determinada situação e emissão de parecer técnico fundamentado. Esse processo constitui a Perícia Social, cujo resultado final deve ser apresentado através de *documento específico* denominado:

- A) Parecer Social.
- B) Perícia Social.

C) Relatório Social.

D) Diagnóstico Social.

E) Laudo Social.

26 Com relação aos Princípios que orientam o Código de Ética do Assistente Social, julgue as afirmativas abaixo como **Verdadeiras(V)** ou **Falsas(F)**

() Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional

() Opção por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova sociedade em que a exploração de classe permaneça no controle do gestor público e os valores étnicos e de gênero sejam respeitados pela sociedade através de suas representatividades

() Exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física

() Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e da liberdade

Identifique a alternativa correta.

- A) V, V, F, F
- B) V, F, V, F
- C) F, V, F, F
- D) F, V, V, V
- E) V, V, V, V

27 O art. 214 da CF diz: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à”:

I Erradicação do analfabetismo e atendimento escolar individualizado;

II Melhoria da qualidade do ensino e formação para o trabalho;

III Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Analise as afirmativas acima e marque a alternativa que está correta:

- A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- B) As afirmativas I e II estão erradas
- C) Apenas a afirmativa II está correta
- D) As afirmativas I e III estão erradas
- E) As afirmativas II e III estão corretas

28 Os antagonismos decorrentes do modo de organização capitalista encontram-se inscritos em uma trama de relações que tendem a reproduzir-se em variadas instâncias, dentre as quais a educação. Neste campo, é possível afirmar que a questão social encontra-se expressa, **EXCETO**:

- A) Nos baixos níveis de qualidade da educação pública brasileira.
- B) Na uniformidade entre os níveis de qualidade da educação pública e educação privada.
- C) Na violência presente no contexto educacional.
- D) Na dificuldade de acesso à escola, a despeito das garantias legais.
- E) No baixo rendimento escolar dos membros das classes trabalhadoras.

29 Segundo Barreira (2002), no campo da avaliação participativa existem vários modelos aplicados nos programas sociais, a saber: avaliação sensível, a avaliação baseada nos segmentos diretamente envolvidos no programa, avaliação focada na sua utilização e a avaliação participativa com enfoque pedagógico. É característica de avaliação com enfoque pedagógico:

I A avaliação deve envolver os membros ativos do programa em algumas fases de elaboração do programa.

II O avaliador é o coordenador do projeto avaliativo, responsável pelo apoio técnico, capacitação e controle da qualidade, porém a condução do processo avaliativo é de responsabilidade conjunta dos membros envolvidos.

III A avaliação participativa tem como interesse conciliar o uso dos dados da avaliação para a solução de problemas práticos inseridos em um específico contexto organizacional.

Analise as afirmativas acima e marque a alternativa que está correta:

- A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- B) As afirmativas I e II estão corretas
- C) Apenas a afirmativa II está correta
- D) As afirmativas I e III estão corretas
- E) As afirmativas II e III estão corretas

30 A formação técnico-profissional do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), obedecerá aos seguintes princípios:

I Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II Atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III Horário integral para o exercício das atividades.

Analise as afirmativas acima e assinale a alternativa que está correta:

A) As afirmativas I, II e III estão corretas.

B) As afirmativas I e II estão erradas.

C) Apenas a afirmativa II está correta.

D) As afirmativas II e III estão corretas.

E) Apenas a afirmativa III está errada.

31 Considerando-se o debate sobre a Questão Social no Brasil, analise os itens.

I Na década de 50 ocorre o reconhecimento da questão social que passa de caso de polícia a caso de política, mas durante o regime militar (1964-1984) esta volta a ser tratada como caso de polícia.

II Existe um consenso de que os problemas atuais presentes na sociedade não se situam nos processos das relações sociais de produção, mas nos processos de exclusão que caracterizam a Nova Questão Social.

III A questão social constitui uma problemática fundada na relação entre capital e trabalho, e que é atravessada por aspectos políticos, culturais, raciais, étnicos e regionais.

A alternativa que responde corretamente à questão é:

A) Apenas o item I está correto.

B) Apenas o item II está correto.

C) Apenas o item III está correto.

D) Apenas os itens I e III estão corretos.

E) Apenas os itens II e III estão corretos.

32 No âmbito da Educação, o Assistente Social, entre outras atribuições, participa efetivamente da Política de Assistência Estudantil. O Decreto Nº 7.234/10 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado pelo Ministério da Educação, que tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Dentre as afirmativas abaixo é considerado objetivo do PNAES, **EXCETO**:

A) Reduzir as taxas de retenção e evasão.

B) Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

C) Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

D) Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.

E) Contribuir na elaboração do projeto político pedagógico das instituições de educação superior.

33 O Serviço Social, enquanto profissão inserida na Divisão Social e Técnica do Trabalho, tem seu mercado nacional de trabalho consolidado no Brasil:

A) Nos anos de 1930, quando surgem as primeiras escolas de Serviço Social.

B) Nos marcos do Estado Vargas, através das grandes instituições sociais.

C) Nos anos de 1950, no processo emergente do desenvolvimento nacional.

D) No período da ditadura militar, quando se intensifica a política desenvolvimentista funcional ao capital dos monopólios.

E) No período da redemocratização do país, quando a sociedade assume o protagonismo da sociedade e na gestão das políticas sociais.

34 Contemporaneamente, a avaliação de programas/projetos sociais engloba três graus ou dimensões, quais sejam: a _____ que verifica a adequação da ação para alcance dos objetivos e metas previstas, a _____ que afere a relação entre os efeitos dos programas/projetos e os custos para obtê-los, e a _____ que avalia o impacto/resultados da ação sobre o público-alvo. A alternativa que completa corretamente a questão é:

- A) Eficácia, efetividade e eficiência.
- B) Efetividade, eficácia e eficiência.
- C) Efetividade, eficiência e eficácia.
- D) Eficiência, eficácia e efetividade.
- E) Eficácia, eficiência e efetividade.

35 No planejamento social, segundo Myrian Veras Baptista (2002), a planificação ocorre após a tomada de um conjunto de decisões, e organiza as atividades para alcançar determinados resultados. Essas decisões são sistematizadas em documentos como planos, programas e projetos. Corresponde à ideia de projeto:

- A) Instrumental mais próximo da execução, devendo detalhar as atividades a serem desenvolvidas, estabelecer prazos, especificar recursos humanos e materiais e estruturar receitas e custos.
- B) Documento que detalha, por setor, a política, diretrizes metas e medidas instrumentais. É considerado a setorização do plano.
- C) Constitui marco de referência para estudos setoriais e ou regionais.
- D) Documento que delinea as decisões de caráter geral do sistema e suas linhas políticas.
- E) Documento complexo que contém aspectos de viabilidade institucional, política, administrativa e técnica.

36 O exercício profissional do Assistente Social na contemporaneidade deve orientar-se pelo(a):

- A) Desenvolvimento de ações que atendam aos interesses dos contratantes, como forma de garantir o espaço da profissão frente a outras categorias profissionais.
- B) Adoção de uma perspectiva endógena e crítica da profissão.
- C) Defesa das qualificações e funções profissionais, fragilizando o Projeto Ético- Político.
- D) Adoção de postura fatalista sobre o processo histórico.
- E) Desenvolvimento de ações propositivas e criativas, que sejam capazes de efetivar direitos.

37 Sobre a pesquisa social, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Visa a preencher uma lacuna no conhecimento disponível na área das ciências sociais.
- B) O pesquisador assume o papel de intérprete da realidade pesquisada, segundo os instrumentos conferidos pela postura teórico-metodológica.
- C) A metodologia utilizada no processo de investigação da realidade social tem *status* próprio e independente do referencial teórico.
- D) O primeiro passo para a investigação científica é a delimitação do objeto de pesquisa.
- E) Algumas fontes de informação de que o pesquisador pode utilizar-se são: observação direta, observação indireta, relato verbal direto ou indireto e documentação.

38 Acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é **INCORRETO** afirmar:

- A) As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.
- B) Serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até meio salário mínimo.
- C) Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma da Lei.
- D) Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.
- E) O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

39 O Marxismo tornou-se a matriz teórica com maior influência sobre o Serviço Social após o Movimento de Reconceituação da profissão. Constituem conceitos básicos do Marxismo:

- A) Regulação e totalidade.
- B) Dialética e fenômeno.
- C) Dialética e regulação.
- D) Luta de classes e totalidade.
- E) Luta de classes e essência.

40 Por muitos anos a proteção social no Brasil constituiu um modelo denominado por Santos (1987) de *Cidadania Regulada*, orientado pela:

- A) Estratificação ocupacional e renda adquirida ao nível de estrutura ocupacional, constituindo instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais no país.
- B) Conotação corporativista, em que são cidadãos apenas os indivíduos inseridos no mercado de trabalho formal e em profissões reconhecidas em lei.
- C) Produção de bens e serviços sociais extramercado e que estão disponíveis a todos os cidadãos.
- D) Adoção de amplos mecanismos redistributivos e com potencial para proteção social de trabalhadores e sobrantes.
- E) Garantia de proteção à pessoa que não se encontra inserida no mercado de trabalho formal.

LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

INSTRUÇÃO: leia atentamente os textos I e II, abaixo, e responda a questão 1.

TEXTO I

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. 45. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. Coleção Saraiva de Legislação, p. 154).

TEXTO II

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, “ o art. 205 contém uma declaração fundamental que [...] eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem. Aí se afirma que *a educação é direito de todos*, com o que esse direito é informado pelo princípio da universalidade. Realça-lhe o valor jurídico por um lado, a cláusula – *a educação é dever do Estado e da família* –, constante do mesmo artigo, que completa a situação jurídica subjetiva, ao explicitar o titular do dever, da obrigação, contraposto àquele direito. Vale dizer: todos têm o direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família”. (SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009, p. 312).

41 A partir da leitura dos textos I e II e com base nos conhecimentos sobre os dispositivos da CF/88 que tratam sobre educação, podemos afirmar que:

A) Segundo a Constituição Federal de 1988, o ensino em nosso país será ministrado com base em vários princípios. Entre esses, podemos arrolar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

B) A Carta Magna estabelece que o dever do Estado com a educação básica será efetivado mediante a seguinte garantia: educação obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 20 (vinte) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita na educação profissional e tecnológica para todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

C) A CF/88, dispõe que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ser assegurada através do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de escolas para portadores de necessidades especiais; da progressiva universalização do ensino médio gratuito e da expansão da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.

D) O atendimento a todos os alunos matriculados nas várias etapas da educação profissional e tecnológica e do ensino superior, por meio de programas suplementares de doação de material didático-escolar e alimentação, transporte gratuito e assistência integral à saúde, bem como o incentivo ao acesso de todos os professores aos níveis mais elevados da pesquisa científica e tecnológica são garantias constitucionais dispostas na CF/88.

E) Segundo a Constituição Cidadã, o ensino, em seus vários níveis e modalidades, será ministrado com base nos princípios da garantia de padrão de qualidade e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, vedando a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

42 A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos tem sua fundamentação constitucional prevista no art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 20/98. Senão vejamos:

CF/88, Art. 37, XVI: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, [...]:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, Filho (2009) assevera que:

“ [...] Se o servidor acumula remuneradamente cargos [...] públicos, a sua situação encerra violação ao estatuto constitucional. Uma vez consumada tal situação, é de se perguntar quais os efeitos que dela provêm. Adequada solução é a concebida pela Lei nº 8.112/90, pertinente aos servidores públicos federais.” (FILHO, José dos santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 22 ed. Revista, ampliada e atualizada. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, p. 627).

A partir das informações acima, sobre as regras constitucionais e legais acerca da acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Segundo prescreve a Lei 8.112/90, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos públicos, a autoridade máxima do órgão notificará o servidor para apresentar opção no prazo de 30 dias, contados da data da ciência, prorrogados por mais 30 dias.
- B) A norma constitucional (CF/88) ao mesmo tempo em que proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, admite a acumulação lícita

apenas nos cargos de professor ou enfermeiro, desde que haja compatibilidade de horários.

C) O dispositivo legal (Lei 8.112/90) sobre acumulação de cargos públicos, prevê que na hipótese de omissão do servidor à notificação para apresentar opção, no prazo de 30 dias, a chefia imediata do servidor adotará procedimento de sindicância disciplinar para apuração.

D) A Constituição Federal de 1988 admite a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, em algumas situações que expressamente menciona.

E) Segundo o dispositivo da Lei 8.112/90 sobre acumulação de cargos públicos, se ficar provada a boa-fé do servidor na acumulação proibida, deve ele optar pelo cargo mais antigo, sendo obrigado a restituir ao erário o que tiver percebido indevidamente nos dois cargos.

43 No que diz respeito às disposições constitucionais sobre as regras para investidura em cargo, emprego ou função pública, **NÃO** é correto afirmar que:

A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

B) As nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, dependem da aprovação do servidor comissionado em exame de proficiência em gestão pública.

C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

D) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

44 Leia os trechos do retângulo abaixo, sobre dispositivos da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O artigo 17 da Lei nº 11.892/2008 tutela a constituição do patrimônio de cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Considerando os dispositivos legais acima referidos, analise as afirmativas abaixo sobre a natureza jurídica e as formas de constituição do patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI):

I O IFPI é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

II O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI, os quais ficaram automaticamente transferidos com reservas ou condições ao IFPI.

III O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que o IFPI vier a adquirir.

IV O IFPI é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (MEC).

V O patrimônio do IFPI é constituído apenas pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI e pelas doações ou legados que receber.

VI O IFPI tem natureza jurídica de fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

VII O patrimônio do IFPI é constituído, também, por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

VIII O patrimônio do IFPI é constituído, ainda, pelos bens e direitos obtidos a partir dos recursos adquiridos após a alienação de bens móveis e imóveis inservíveis, sendo vedado o recebimento de legados.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e VI, apenas.

B) I, III e VII, apenas.

C) II, III, IV e VII, apenas.

D) II, IV, V e VIII, apenas.

E) III, V, VII e VIII, apenas.

45 Provimento é o ato praticado pela autoridade competente de cada Poder com vistas a promover o ingresso, dar posse e exercício, e a movimentação do servidor público ocupante de cargo público (DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. **Lei 8.112/90 Comentada**. 10 ed. Atualizada e Revisada. São Paulo: Editora Método, 2009, p. 99).

Sobre as formas de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e suas fundações públicas federais, analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

I () A nomeação em cargo em comissão far-se-á em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, independente de prévia habilitação do servidor em concurso público de provas ou de provas e títulos.

II () A promoção interrompe o tempo de exercício do serviço público, que é contado a partir do novo posicionamento na carreira após a data de publicação da Portaria que promover o servidor.

III () A posse, como uma forma de provimento de cargo por nomeação, deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de nomeação, não podendo ser realizada mediante procuração específica.

IV () A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

V () Uma das modalidades de remoção do servidor é a denominada remoção a pedido, para outra localidade, independente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge,

também servidor público que foi deslocado a pedido, a critério da Administração.

VI () A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Assinale a sequência correta:

A) V, V, F, F, F, V

B) V, F, F, F, V, V

C) F, F, F, V, F, F

D) F, F, F, V, V, F

E) F, V, V, V, F, V

46 Dissertando sobre os procedimentos apuratórios das faltas disciplinares no serviço público, Costa (2010) assevera que

“ A simples notícia de ocorrências disciplinares não é o bastante para que se aplique, com juridicidade, a reprimenda respectiva, conforme previsão do regulamento. A legítima repressão disciplinar requer bem mais que isso. Exige que a transgressão funcional e sua autoria sejam devidamente apuradas em procedimento regular. É essa a garantia resultante do publicístico princípio do devido processo legal, o qual enuncia que toda e qualquer medida punitiva deve ser precedida da necessidade apuração, em que se tenha assegurado ao acusado oportunidade de ampla defesa [e do contraditório]. “ (COSTA, José Armando. **Processo administrativo disciplinar – Teoria e prática**. 6. ed. Rio de janeiro: Forense, 2010, p. 89).

Neste sentido, em matéria de regime disciplinar no serviço público federal, o art. 127 da Lei 8.112/90 prevê que

“ São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.”

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação das penalidades no caso de cometimento por servidor público de infração disciplinar, conforme previsto nos dispositivos legais do Título IV da Lei 8.112/90 (Do Regime Disciplinar):

A) “Ao servidor é proibido retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição “ (inciso II, do

art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de suspensão, não podendo exceder a 60 (sessenta) dias.

B) Ao servidor público que utiliza seu “cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública” (inciso IX, do art. 117, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada é a de destituição de cargo em comissão ou função comissionada por um período de, no máximo, 90 (noventa) dias.

C) Ao servidor público é proibido opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço (inciso IV, do art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de advertência verbal da chefia imediata do servidor.

D) A demissão do servidor público ou cassação de aposentadoria serão aplicadas nos casos de crime contra a administração pública (inciso I, art. 132, da Lei 8.112/90), prática de usura sob qualquer de suas formas (inciso XIV, do art. 117, da Lei 8.112/90) e promoção de manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição (inciso V, do art. 117, da Lei 8.112/90).

E) Nos casos de “inassiduidade habitual” (inciso III, do art. 132, da Lei 8.112/90) e “ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem” (inciso VII, do art. 132, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada será a de demissão.

47 O art. 8º da Lei 11.091/2005 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação) estabelece as “atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações.”

Sendo assim, responda: são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, **EXCETO**:

A) Executar atividades gerais e não-afins ao cargo, organizadas a partir das necessidades das Instituições Federais de Ensino, independente de desvio de função.

B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino.

C) Executar tarefas específicas, a fim de assegurar a eficiência e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições Federais de Ensino.

D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino.

E) Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha.

48

Deontologia: O estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral. Tratado de deveres (*Dicionário Aurélio Buarque*).

Deontologia: Ciência dos deveres (*Dicionário Caldas Aulete*).

Sobre as regras deontológicas dispostas no capítulo I do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), **NÃO** é correto afirmar que:

A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

B) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos, direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência em fator de legalidade.

C) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

D) A moralidade da Administração Pública se baseia na distinção entre o bem e o mal, não devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. Ademais, mesmo havendo desequilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, a moralidade do ato administrativo sempre será estabelecida.

E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até imprudência no desempenho da função pública.

49 O Regimento Interno Geral do Instituto Federal do Piauí (IFPI) é um manual que descreve, de forma estruturada e sistemática, as descrições sumárias e as competências das unidades organizacionais pertencentes à estrutura organizacional, conforme estrutura organizacional aprovada pela Resolução nº 019/CONSUP e Portaria da Reitoria nº 1203, de 24/11/2011, publicadas no Boletim de Serviço – Edição Extra nº 04, de 24/11/2011. (IFPI. **Regimento Interno Geral**: Resolução n 020/2011 – CONSUP. Teresina: IFPI, 2011, p. 4).

Com relação à estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí (IFPI), analise os itens abaixo:

I A administração do IFPI é composta unicamente pela Reitoria e pelas Pró-Reitorias, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados e demais unidades organizacionais consultivas vinculadas à Reitoria.

II A Auditoria Interna Geral do IFPI é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

III O Conselho Superior do IFPI (CONSUP) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI na capital e no interior do estado.

IV A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento dos diretores gerais dos campi para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

V O Colégio de Dirigentes do IFPI (COLDIR), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão superior colegiado máximo de apoio ao processo decisório dos

diretores gerais dos campi, em matérias relativas à gestão pública.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, III e V, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) II, apenas.

50 A Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009 (publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 02/09/2009, p. 20), que aprova o Estatuto do Instituto Federal do Piauí, estabelece em seu art. 3º que a atuação do IFPI ocorra com base na observância de vários princípios norteadores.

Sendo assim, analise os itens abaixo:

I Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

II Horizontalização do ensino e sua integração direta com os órgãos do Sistema “S” (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC e SEST/SENAT).

III Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

IV Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

V Natureza filantrópica, confessional e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União e dos municípios-sede de seus campi.

VI Coexistência e cooperação de órgãos ou instituições públicas e privadas de ensino na gestão compartilhada de sua estrutura organizacional multicampi.

Dessa forma, responda: considerando o art. 3º do Estatuto do IFPI, **NÃO** são princípios que norteiam a atuação do Instituto Federal do Piauí:

- A) Os contidos nos itens I, II e V, apenas.
- B) Os contidos nos itens II, III e VI, apenas.
- C) Os contidos nos itens II, V e VI, apenas.
- D) Os contidos nos itens III, IV e V, apenas.
- E) Os contidos nos itens IV, V e VI, apenas.

